

EM ENCONTRO DO COMITÊ EXECUTIVO DA ICTP.BR, ECONOMISTAS DÃO AS PERSPECTIVAS PARA SEGUNDO SEMESTRE DE 2020



A Iniciativa para a Ciência e Tecnologia no Parlamento (ICTP.br) recebeu, em 24 de julho de 2020, os economistas Daniel Negreiros e José Luis Oreiro. Em encontro virtual, organizado pelo Comitê Executivo da ICTP.br, os convidados deram as perspectivas da economia brasileira para o segundo semestre de 2020.



JOSÉ LUIS OREIRO é professor associado do Departamento de Economia da Universidade de Brasília e pesquisador associado do Centro de Estudos do Novo-Desenvolvimentismo da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. Foi presidente da Associação Keynesiana Brasileira (2013-2015). Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Dinâmica Macroeconômica, atuando principalmente em acumulação de capital, crescimento econômico, autonomia de política monetária, taxa de juros e dinâmica não linear. É autor dos livros “Macroeconomia do Desenvolvimento: uma perspectiva keynesiana (LTC, 2016)” e “Macrodinâmica Pós-Keynesiana: crescimento e distribuição de renda (Alta Books, 2018)”. Ganhou o Prêmio Brasil Economia (2017) na categoria Livro.



DANIEL NEGREIROS CONCEIÇÃO é professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ. É um dos autores do livro “Teoria Monetária Moderna”, primeiro manual brasileiro sobre neocartalismo e finanças funcionais, publicado pela Editora Nova Civilização. Entre 2016 e 2018 foi coordenador do curso de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) na UFRJ. Fez mestrado e é doutorando na Universidade do Missouri em Kansas City.



JOSÉ LUIS OREIRO

Eu quero fazer um quadro da economia brasileira, não de agora na questão da Covid-19, mas de 2014/2016. Nós entramos na mais profunda crise econômica desde o início dos anos 80, em que o Brasil teve uma queda acumulada de PIB na ordem de mais de 8%, a economia sai da recessão em 2017. Só que o ritmo de crescimento da economia brasileira foi o mais lento da história das recessões desde 1980. De 2017 a 2019, a economia cresceu no ritmo de 1,2% ao ano. A média de crescimento da economia de 1980 a 2014 já não era boa, foi de 2,88%. A economia brasileira tem uma crise muito grande em 2014/2016. Nesse momento de dívida pública, ela dá um salto. Com proporção do PIB, ela passa mais de 56% em 2014 para algo em torno de 70% em 2019. E se encontra numa queda muito profunda de atividade econômica. Vivemos uma recessão muito forte seguida de uma recuperação anêmica, muito abaixo da nossa média de longo prazo. Nossa média de longo prazo no período de 1980 a 2014 foi de 2,8%. Uma per-

gunta que temos que fazer: “Por que a recuperação foi tão lenta?”. Tem algo de errado acontecendo e que já vinha desde antes da pandemia da Covid. Em 2015, sob o comando da presidenta Dilma Rousseff, começou uma agenda de ajuste fiscal no Brasil. Havia um diagnóstico feito por economistas liberais. A ideia era que o gasto público crescesse sistematicamente acima do PIB 1994, o que levaria a uma crise fiscal. E para isso, teria que fazer um ajuste fiscal, que começou em 2015, quando o investimento público foi reduzido em 35%, mas ele foi consolidado pela implantação da emenda constitucional 95, do teto dos gastos, que criou uma restrição orçamentária que não existia e esse ponto é muito importante. A ideia da emenda constitucional foi congelar os gastos primários, gastos antes do pagamento de juros da dívida pública em termos reais. A partir desse momento, passa a existir uma restrição orçamentária que antes não existia. Como o conjunto total de gastos está congelado em níveis reais, se eu tiver uma rubrica que cresce acima de uma taxa de crescimento positiva, alguma outra rubrica vai ter que ser reduzida para dar espaço no orçamento. E foi basicamente o que aconteceu com os chamados gastos discricionários, que inclui gastos públicos e parte da ciência e tecnologia. Quando você tem os dois principais componentes dos gastos primários com uma taxa de crescimento real positiva e se você tem uma regra constitucional que diz que o gasto total não pode crescer em termos reais, é evidente que você vai criar uma outra

força, algum outro componente a ser reduzido em termos reais, e esse orçamento foi investimento. Isso não é uma questão da natureza ou questão física, essa é uma restrição imposta. Não existe nenhuma regra fiscal no mundo como a regra do teto de gastos. Nós temos a regra fiscal mais dura do mundo do ponto de vista de teto de gastos. Nenhum outro país tem essa regra que nós temos. À medida que o investimento público vai sendo reduzido, o potencial da economia brasileira vai sendo reduzido também. Não é coincidência, é o resultado esperado. Essa redução do investimento público levou a uma redução do dinamismo do crescimento da economia brasileira e aí o crescimento foi de 1,2% ao ano ao longo desses três anos. É verdade que a relação dívida pública (numerador)/PIB (denominador) depende de três variáveis: a taxa real de juros, taxa de crescimento do PIB e do resultado primário do governo. Quando a taxa de crescimento do PIB é maior que a taxa real de juros, o governo pode ter algum déficit primário e mesmo assim a relação dívida pública/PIB cai. Essa estratégia adotada desde 2015, na minha opinião, é uma estratégia míope, porque é uma estratégia que ao reduzir o investimento público, reduz o crescimento potencial da economia brasileira, portanto mantendo a taxa de crescimento do PIB abaixo da taxa real de juros, o que obriga o governo a superar a primária. Quando você combina isso com o teto de gastos, a gente vê que na verdade a estagnação da economia brasileira no país pós-crise de 2014/2016 no fundo é o resultado de manual da política fiscal implementada pelo governo. Uma estratégia

burra de consolidação fiscal. A melhor forma de redução dívida pública/PIB ao longo do tempo é por intermédio da aceleração do crescimento. O Brasil tem notórias deficiências de investimento em logística, transporte, geração de energia. Tem avenidas largas para você aumentar o investimento público e com isso aumentar a eficiência geral da economia. Este cenário de estagnação da economia pós-crise 2014/2016 é basicamente decorrente desse arranjo fiscal. O Brasil entra 2020 com o hiato do produto (medida do grau de ociosidade dos fatores de produção fiscal do trabalho) de 5%. Significa que o nível de produto interno bruto no dia 1º de janeiro de 2020 era 5% abaixo em termos reais, já descontado a inflação do prevaiente do dia 31 de dezembro de 2013. Ocorre a crise do coronavírus, as estimativas tanto do fundo monetário nacional quanto da OCDE para a queda do PIB do Brasil esse ano estão na casa de 9%, muito mais pessimista do que o governo. O esperado é que chegue o dia 1º de janeiro de 2021 com 14% abaixo do PIB em relação a 31 de dezembro de 2013. Se considerar o PIB per capita dividido pela população, é pior ainda. Vamos chegar com o PIB per capita em 2021 com o PIB 20% baixo, se o crescimento for mantido na média de 2017/2019 com 1,2% ao ano. Só vamos recuperar o PIB de 2013 em 2030, a renda per capita em 2040. Isso é o grande perigo para a sociedade brasileira. O Brasil passou por duas ondas de desindustrialização. Uma de 1985/1989 que foi parcialmente revertida em 1999 e a indústria da transformação de insumos em produtos. De 2005 para frente foi a segunda onda de de-

sindustrialização, uma queda quase de 5% do PIB no período de 12 anos. Esse é um problema e está ligado direto à questão da ciência e tecnologia. A indústria hoje não consegue competir por preço e não consegue competir por intensidade tecnológica de produção. Nossa indústria está altamente defasada do ponto de vista tecnológico, e isso compromete o crescimento da economia. Desindustrialização precoce é quando o peso da indústria de transformação começa a cair a um nível de renda per capita, que é muito mais baixo do que observado nos países desenvolvidos, quando a indústria deles também começou a reduzir de tamanho. O grande desafio da economia brasileira é a reforma, mas saber quais reformas precisam ser feitas. Esse governo e o outro também não têm uma única discussão sobre aumentar a competitividade da indústria brasileira do ponto de vista tecnológica. A dívida pública como proporção do PIB vai aumentar ao longo desse ano por duas razões. Primeiro porque você teve que aumentar os gastos, a renda emergencial foi absolutamente necessária para evitar o colapso econômico social, mas tivemos queda na arrecadação. Dívida denominada na moeda que o país emite pode gerar algum tipo de problema. É completamente diferente do Brasil no final dos anos 70, quando tivemos uma crise de dívida externa, dívida denominada em dólares e para pagar os serviços da dívida, você tem que gerar um saldo suportável, aumentar as exportações, reduzir as importações, fazer o que os economistas chamam de “transferência real de recursos”. Porque senão você não vai conseguir liquidar a dívida externa. A

crise do ponto de vista externo hoje para o Brasil não é ruim, como os produtos que a gente exporta são primários, quando ocorre uma recessão, a demanda deles cai relativamente pouco. Já está acontecendo em 2020, as exportações vão cair, só que as importações vão cair muito mais, embora o fluxo de comércio diminua, o saldo da balança comercial vai aumentar. Eu realmente não vejo problema para o financiamento do déficit público nem este ano, nem ano que vem. Se você aumentar o investimento de maneira inteligente e com isso aumentar o crescimento, a relação dívida pública/PIB cai ao invés de aumentar. A segunda é a ideia de que “não, isso vai gerar inflação porque...”, não vai, vamos operar ainda durante muitos anos com uma capacidade ociosa. O mercado de trabalho vai ficar fraco durante dois ou três anos e com isso, não há condições objetivas para federação da inflação. Eu não vejo problema nesse ponto de vista. Para finalizar, o que nós temos hoje é a maior restrição de crescimento da economia brasileira e está aqui na nossa cabeça. Eu acho que o Paulo Guedes cai junto com o Bolsonaro, não sei se no dia 1º de janeiro de 2023 ou antes disso. Enquanto o Paulo Guedes estiver como ministro da Economia, não tem como você achar que vai ter iniciativa de mudar alguma coisa. Eu acho que existe, sim, clima para convencer os deputados. O próprio Rodrigo Maia, quando saiu o resultado do PIB do ano passado, antes da pandemia na entrevista que ele deu, disse que “realmente não é só o mercado, a gente precisa aumentar investimento público”. Ele deu uma fraquejada. Na minha estratégia, di-

zer que você quer explodir o teto de gastos é impossível. Você não vai convencer ninguém se você usar uma outra expressão “vamos flexibilizar” ou melhor “aprimorar o teto de gastos”. Todo mundo gosta a princípio. É simplesmente você tirar do teto de gastos o investimento público, um monte de gente quer isso, até os militares querem isso. É possível sim, construir uma frente ampla para a gente flexibilizar o teto de gasto e tirar o investimento. Quanto ao dinheiro do Banco Central para conta única, até meados do ano passado, isso era automático, tinha valorização cambial aumentava o valor das reservas internacionais em reais e, no final do semestre, o Banco Central creditava o valor do ganho de capital na conta do Tesouro. Foi feita uma mudança na legislação na relação Banco Central e tesouro no ano passado que agora é um pouco diferente. Contabiliza o ganho nacional em uma conta separada e essa conta é para quando você tiver o contrário: uma desvalorização do dólar frente ao real, uma perda de capital. Eu era contra, achava que não fazia sentido nenhum, mas eu acho que é perfeitamente fatídico. Para 2021, isso não altera em nada, o discurso do “dinheiro acabou” foi usado ano passado para a Reforma da Previdência. Quais setores estão ganhando com a política do governo? Tem gente ganhando. Eu não diria bancos, isso limita muito, na verdade é o setor financeiro em geral que podemos chamar de rentistas e financistas. Esse pessoal está ganhando dinheiro com a valorização da bolsa, os juros caíram muito. O pessoal do agronegócio civilizado está muito preocupado com a questão da Amazônia,

pois estão vendo que os produtos brasileiros estão sendo boicotados no exterior e vão ser cada vez mais. O pessoal que trabalha no setor informal da economia pensa o seguinte: “o Estado não me dá nada e não quero que o estado encha meu saco”. O discurso do Bolsonaro de tirar os pardais estava mirando essas pessoas. Meu medo é o Brasil só conseguir recuperar a renda per capita de 2013 em 2040. Se a gente entrar nesse cenário, esse país vai se desintegrar. Na questão do combate à pandemia foi formado um consórcio no Nordeste. Esse é o primeiro passo para uma concessão territorial. Sugestão de encaminhamento do ponto de vista político, a linha de menor resistência para 2021, seja prorrogar o estado de calamidade pública do que tentar arrebentar o teto de gastos. Do ponto de vista prático, o estado de calamidade pública anula o teto de gastos. É defensável a ideia de prorrogar o estado de calamidade pública, pode ser por mais um ano. Sobre a desindustrialização no setor de fármacos, uma das formas de se lidar com a desindustrialização é por intermédio de política de compra do Estado. O que me chamou atenção no enfrentamento brasileiro da pandemia foi a ausência de uma discussão sobre reconversão industrial da economia parada. O Brasil não produziu respiradores e foi feito isso na Europa. Temos que endereçar uma política de reconversão industrial, isso feito por meio de política de compra de estatais via Ministério da Saúde. Podemos colocar uma agenda de descarbonização da economia que envolve ciência, tecnologia e informação.



DANIEL NEGREIROS

Durante muito tempo, a gente perdeu tempo tentando conversar com certos economistas que não são tão honestos, que inventam mesmo historinhas para defender coisas que são absurdas, atendendo interesses bem específicos, então a história interessante é que eles costumam dizer que estamos chegando ao abismo fiscal, acabou o dinheiro e com isso, veio a Reforma da Previdência. O próprio governo Dilma começa a ceder um pouco a essa narrativa em 2014. A partir daí, as coisas só foram saciando a ponto deles aprovarem o teto dos gastos, que é tão absurdo que ele deixa de olhar inclusive o que seria relevante se a gente tivesse restrição orçamentária como o governo, que é a arrecadação. Mas a mentira básica é essa ideia de que existe risco de esgotamento de espaço fiscal, de capacidade de fazer pagamentos pelo governo brasileiro, que é um governo que a gente pode chamar de monetariamente soberano, porque gasta numa moeda que é

emitida pelo estado brasileiro. Eu quero mostrar para você que existe uma forma de demonstrar que de fato não existe risco nenhum desse esgotamento, que é o reconhecimento da moeda. A gente teve um choque de oferta, mas a dinâmica depressiva que a gente enfrenta é uma dinâmica de demanda. Quando as pessoas deixaram de consumir ou quando não podem mais desenvolver suas atividades porque estão em quarentena ou estão doentes ou deixaram de consumir como a gente estava descrevendo aqui. Com isso, você produz uma bola de neve depressiva em que as pessoas são ameaçadas nas suas próprias vidas, não vão ter renda para se manter e aí o auxílio emergencial tem servido pelo menos para evitar isso, mas também ninguém consegue vender nada. A saída é o gasto público. Não tem jeito é o único agente que pode gastar mais sem ter receita, um fluxo monetário disponível. Os bancos comerciais também criam moedas, mas esses estão preocupados com seus balanços patrimoniais com razão, então a dinâmica recessiva é uma que eu não gasto que eu não gasto nenhum dinheiro e o banco não empresta por que sabe que eu não tenho nenhum dinheiro. Não vamos sair dessa bola de neve depressiva sem que a gente introduza gastos por quem pode. Quem pode assumir essas perdas é o governo central (Governo Federal Brasileiro). Precisamos mostrar porque ele pode. O governo brasileiro hoje é dividido em dois braços, temos o tesouro que

gasta e arrecada, e tem autoridade monetária no Brasil que é o Banco Central que é quem cria a moeda para gastar. Esse caminho da autoridade monetária para o tesouro é super escondido no caso da economia brasileira, se a gente tivesse um governo brasileiro consolidado que fosse uma coisa só ia ficar muito óbvio para as pessoas que não existe nenhum problema no endividamento público porque o próprio gasto seria a criação de dívida pública. Tesouro contra Banco Central numa coisa só é o estado que gasta. Se ele arrecadar antes de gastar, alguém está falsificando dinheiro porque a moeda que a gente usa é uma dívida pública, se eu vender dívidas remuneradas para obter recursos para gastar também tem o mesmo problema, como a moeda estava com o mesmo setor privado antes de chegar ao governo se era uma criação do próprio estado. O governo vai criar reservas contra si e vai creditar a conta do banco comercial nessa mesma autoridade econômica global, e agora o banco comercial vai criar moeda para o estado a gente está usando esse intermediário bancário para fazer o pagamento. Quando o governo gastasse, ele ia aumentar o seu passivo, aumentar as reservas dos bancos e por consequência criar a moeda bancária para fazer o pagamento. O momento seguinte de financiamento desse resultado quando o estado precisasse vender dos remunerados ia ficar muito claro para a gente que não é uma operação de financiamento como a gente precisa fazer, nós somos usuários da moeda precisamos receber para depois

gastar, no caso do estado é o oposto e que não rende nada. As pessoas podem ficar felizes da vida com base monetária, o governo gasta e aumenta a base monetária do sistema e aí as pessoas podem fazer saques, guardar e circular na economia em forma de papel moeda que é uma forma de riqueza financeira ou os bancos e agentes privados podem decidir aplicar essa riqueza financeira que foi introduzida pelo gasto deficitário em dívidas remuneradas, é a mesma coisa que a gente faz com a poupança. Quando a gente consolida o estado numa coisa só, fica muito óbvio para as pessoas que o governo está gastando criando dívida e isso não é um problema porque todo pagamento que ele faz, ele emite uma dívida nova, isso não é tão óbvio quando a gente separa o Tesouro do Banco Central principalmente com todas as regras fiscais que incluem a proibição expressa constitucionalmente de que o banco Central seja proibido de financiar resultados do Tesouro. Então as pessoas começam a falar que o Tesouro Nacional pode ter problemas porque ele pode não repor o saldo que ele tem na conta única para continuar fazendo pagamentos, isso não é verdade, a gente já realiza financiamento do tesouro pelo Banco Central naturalmente e é assim que vai acontecer o primeiro déficit primário da nossa história nesse período de pandemia. Governo gasta criando moeda porque o saldo que ele tem na conta única de onde ele tira os recursos não é um passivo monetário, não está disponível para os agentes monetários comprarem as coisas. Quando

o governo gasta, ele transfere da conta única para a conta de um banco, isso é criação de base monetária. Aí, o banco vai fazer um crédito numa conta corrente para quem receber o pagamento do governo, isso é criação de moeda. Falar que isso é criação de algo inflacionário é dizer o que já acontece. As pessoas esquecem que quando um banco comercial empresta dinheiro, também estão criando moeda e não reclamam disso. Quando o governo gasta, ele aumenta as reservas que existem no sistema financeiro e agora tem reserva demais. E aí os bancos vão decidir aplicar parte dessas reservas que eles não são bobos e botar para render. Isso ainda não alimentou as contas do governo, o governo ficou com menos recursos na sua conta única, mas isso já revelou para a gente qual vai ser a configuração consequente que vai ser a consequência do gasto do governo, essa que vai ser a configuração que vai ser observada por que é a configuração que o setor privado escolheu. Uma parte retida em reserva e outra parte em dívida pública. O Tesouro só consegue repor seu saldo de duas formas: se o governo decidir cobrar impostos, ele acaba removendo toda aquela riqueza financeira que tinha sido criada para o setor privado ou ele pode vender títulos públicos e a nossa restrição impede que ele venda direto para o Banco Central. Não existe nenhum limite operacional para o governo praticar resultados do tamanho que ele quiser, significa que ele deva praticar resultados deficitários sem limites? Não! O limite relevante é o limite material. É aquele que a adição de

demanda pelo gasto público deficitário é maior que a economia pode suportar, isso inclusive deve levar em conta a restrição externa, que, para o Brasil, é importantíssima, e para outras economias, como a venezuelana, muito mais. O limite que a gente deveria conhecer é o limite que eu não consigo comprar com a moeda doméstica aquilo que eu estou tentando comprar o que inclui moedas estrangeiras. Dívidas não se pagam em PIB. PIB representa o valor do que foi produzido no período e nem reflete no estoque que eu tenho disponível para entregar para credor nenhum. E não é do estado, não é o governo que quer que deve a dívida pública não pode usar o PIB para nada, nem a renda e nem os produtos criados com o PIB. O uso das reservas cambiais realmente é um dilema. Tenho participado das reuniões e vejo que o esforço é muito mais político, limite operacional não existe, o governo não precisa de recursos para se financiar. Quando a gente for avaliar o impacto sobre a dívida pública, hoje a gente olha para a dívida bruta. Politicamente porque eles reconhecem essa dificuldade de a gente romper com o paradigma maluco que o Estado é uma dona de casa que precisa de recurso. Ajuda um pouco você mostrar que tem recursos acumulados. Para mim é difícil abraçar, mas eu entendo a urgência porque por um lado, me atrapalha em ensinar para as pessoas que o governo não precisa de recursos para gastar porque ele cria moeda gastando. Por outro lado, a gente tem uma crise gigantesca para ser enfrentada hoje e se os nossos gestores

macroeconômicos não entendem ou não querem entender de maneira nenhuma que o governo não tem restrição operacional, a gente precisa desses artifícios, por isso eu abracei um pouco a proposta porque ela nos ajuda a dizer “pode gastar porque tem”. Mesmo com isso, só vai servir para a gente aumentar a pressão para flexibilizar no mínimo o teto, porque o teto é sobre o próprio gasto. Não adianta eu ganhar na loteria, eu poderia ter todos os recursos do mundo creditados na conta única. Se o teto tiver vigente, eu não posso gastar um centavo. A disputa política, como mito da doutrina da responsabilidade fiscal, é muito forte então a gente vai precisar dizer “tem aqui já pronto, já tem os recursos prontos para gastar, então vamos gastar”, mas isso pode nos atrapalhar em outros pontos. O teto de gastos é nefasto, muito bem idealizado, porque ele já está naturalizado. Agora a gente já está tendo que falar da flexibilização, mas ele veio há pouco tempo na onda do golpe. Os economistas já utilizaram a narrativa que o governo estava quebrado para criminalizar as pedaladas da Dilma, mas ele já vem na onda da Reforma da Previdência e já tem esse teto que é perfeito para fazer exatamente o que eu estava dizendo, você fica amarrado do lado do gasto que é o que eles querem para fazer a agenda do desmonte estatal. Se eu quero dizer que eu tenho caixa e que o governo quebrou, tirar daqui e por ali, o teto é perfeito. Uma reforma tributária

não seria para financiar o estado até para materialmente deslocar recursos materiais quando a gente está em pleno emprego. Se eu estiver no pleno emprego para isso não ser inflacionado, eu tenho que tirar a capacidade de poder de compra da população para preencher o gasto público, então nesse sentido passa a ser necessário tirar de um para poder ocupar com o gasto do outro, enquanto a gente não está nessa situação um único custo que merece ser combatido com uma Reforma Tributária. A questão da desindustrialização vem enfraquecida pelo que a gente tentou discutir aqui. Poderíamos resolver esse problema direcionando recurso e quem pode fazer isso com planejamento estatal muito mais inteligente que costuma ser feito com horizonte mais a longo prazo, direcionando gastos que possam mobilizar a capacidade produtiva. O Brasil tem expertise de economia de energia limpa e a gente não aproveita isso de maneira liderando esse movimento. É usar essa ferramenta. O cenário talvez seja infeliz no cenário da receptividade das verdades que a gente está tratando aqui, as pessoas são desonestas, mentem, dizem que o estado não pode gastar. E eu acho que a gente precisa se armar de verdade para enfrentar esse debate, talvez o melhor que dê para fazer é a flexibilização do teto, seja o adiamento do fim de calamidade, mas não significa que a gente não possa tentar explodir o teto, o argumento a gente tem.



A reunião contou com os representantes e assessores das entidades que compõem o Comitê Executivo da ICTP.br:

Carlos Frausino (Confies), Celso Pansera (ICTP.br),
 Eduardo Módena (Conif), Fábio Guedes (Confap),
 Fernanda Sobral (SBPC), Fernando Peregrino (Confies),
 Helena Nader (ABC), Ildeu Moreira (SBPC),
 Luiz Davidovich (ABC), Mariana Mazza (SBPC),
 Newton Lima (Conif) e Soraya Smaili (Andifes).



CELSO PANSERA

Secretário executivo da Iniciativa
para a Ciência e Tecnologia no
Parlamento (ICTP.br)



A organização desta reunião da ICTP.br tem o objetivo de reduzir os ataques ao orçamento de Ciência e Tecnologia.

Ao longo dos últimos anos, o setor tem sofrido uma série de cortes que reduzem a capacidade de atuação e principalmente de avanço. É necessário compreender a conjuntura político e econômica para melhorar a capacidade de organização do setor e, em especial, de resistir aos cortes orçamentários. O grande desafio da ICTP é construir uma unidade nesse processo com as entidades que compõem o Comitê Executivo e setores empresariais.





EDUARDO MÓDENA

Reitor do Instituto Federal de São Paulo (IFSP) e representante do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)



Nós vivemos no mundo das narrativas e o que parece que vimos aqui é que existe uma narrativa do governo sobre as donas de casa e aí a gente precisa pensar didaticamente.

Gostei muito do seminário, todas essas formas de nós propagarmos eventualmente já devem ter textos ou eventualmente livros dizendo dessas narrativas. Se nós temos dificuldade de entender toda a complexidade do orçamento do país, quiçá o que seria dos nossos colegas deputados que são representantes de todos os grupos e subgrupos da sociedade em geral. Fica o nosso desafio e a nossa sugestão.





FÁBIO GUEDES

Presidente do Conselho Nacional
das Fundações Estaduais de
Amparo à Pesquisa (Confap)



O terraplanismo é alimentado por três aspectos que são muito fortes: 1 – comparar finanças públicas com economia doméstica; 2 – a inflação; 3 – corrupção é outro tema impregnado. Precisamos de orçamento de investimento. Essa conversa tem que continuar, precisamos fazer um documento substancial, com clareza.





FERNANDA SOBRAL

Vice-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)



Eu acho muito importante que os economistas heterodoxos estejam usando esse espaço público, a maioria de nós só escuta os ortodoxos. São a partir dos ortodoxos que, na maioria das vezes, são divulgadas as ideias, então eu acho essa ocupação de espaço públicos pelos economistas heterodoxos é muito importante para a gente ter essa ideia do gasto público, do dinheiro e questões que foram colocadas hoje. Para a iniciativa, eu achei duas questões importantes: a questão do teto de gastos, mas essa ideia da flexibilização do aperfeiçoamento desse teto achei uma ideia importante para nós. A outra questão é que sem o estudo específico sobre o assunto que se fala muito “nós estamos péssimos em inovação”. Uma política de inovação é importante, mas ela fica sem uma base com a desindustrialização. As empresas não procuram inovar à medida que estão ganhando no setor financeiro.





FERNANDO PEREGRINO

Presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies)



Tem que colocar o dedo na ferida e dizer que esse déficit fiscal ficou mistificado para dosar os investimentos públicos nos setores que eles querem e não nos setores que o Brasil precisa. O efeito que a pandemia aflorou dessa desindustrialização que o país está vivendo já há algum tempo, porque a indústria de fármacos, a indústria da área de saúde industrial mostrou-se frágil numa hora que a gente precisou de máscara, remédio, anestésicos e outros itens que ficamos dependentes dos países que estão industrializados. Queria perguntar sobre a nossa dependência econômica nesse momento e o quanto isso pode ser acelerado, essa política fiscal que se interconecta com a política macroeconômica.





HELENA NADER

Vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC) e presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)



O mundo lá fora, principalmente o FMI, está pondo uma nova economia. O problema é que os nossos economistas de plantão do governo não acreditam, tem má fé, são terraplanistas mesmo. A qualificação da mão de obra para essa indústria é necessária uma alta qualificação? Onde fica essa questão já que esse governo também destruiu e tirou dos financiamentos as indústrias e as empresas de pequeno e médio porte? Como que a gente pode, com o subsídio de vocês, levar propostas para as nossas demandas brasileiras? Ficou bem claro o papel da ciência e tecnologia e acrescentaria da educação na nossa linha de montagem para gerar tecnologia, inovação e empreendedorismo.





ILDEU MOREIRA

Presidente da Sociedade Brasileira
para o Progresso da Ciência (SBPC)



De que indústria nós estamos falando? O país tem um potencial imenso, por exemplo da Amazônia, da biodiversidade e tem outros potenciais econômicos. Quem está ganhando nessa história? A gente tem um plano de fundo muito forte. A mídia por exemplo nesse passado todo teve um papel fundamental para afirmação desse teto de gastos. Eu acho que a gente deve fazer uma campanha muito forte para arrebentar com ele, se vai ser flexibilizado, se vai se aprimorar, não podemos começar recuando igual a gente fez na emenda constitucional 95. A reforma tributária do ponto de vista econômico não é uma solução imediata ou no contexto.





LUIZ DAVIDOVICH

Presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC)



Essa questão do dinheiro é muito complexa e interessante. Se todo mundo tivesse perdendo, a atual política econômica não estaria funcionando, então quais os setores que estão ganhando? Parece que os bancos estão ganhando, mas, além dos bancos, quem mais? Produtos como minério e soja tem preços estabelecidos na bolsa de Chicago, não são estabelecidos pelo Brasil. Isso parece um problema que a economia brasileira tem, ou seja, de ser baseada numa exportação de produtos cujo preço de fato ela não controla. É verdade isso que eu estou dizendo? Quem está ganhando com isso?





NEWTON LIMA

Assessor do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif)



Toda essa política de medo do abismo fiscal atende a outros interesses. Existe lamentavelmente desonestidade intelectual nos argumentos apresentados. Entendemos que é preciso mudar a política fiscal, retomar desenvolvimento e investimento do estado para sair disso, só que nós não temos um quadro político que nos ajude a resolver essa questão estrutural. Nós vamos correr o risco da paralisação da máquina pública no próximo ano nos cenários que foram colocados. Quando a gente não tem uma estruturação em vista, é preciso colocar soluções emergenciais e alguns economistas assessoraram o deputado Paulo Teixeira na construção de um projeto emergencial para enfrentar a pandemia por um projeto chamando de Projeto 184. O mais absurdo é o governo. O Ministério da Saúde ter cortado os recursos para continuar os estudos feitos pela Universidade de Pelotas que ganhou manchetes nacionais. A pergunta que eu vou fazer para os dois é: qual a opinião sobre esse tema do lucro central das reservas cambiais do Banco Central para o Tesouro?





SORAYA SMALLI

Presidente da Comissão de Ciência & Tecnologia e Empreendedorismo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes)



O que eu fico agora pensando é termos uma proposta de continuidade desse trabalho, um seminário, uma coisa mais pública da Iniciativa, uma apresentação feita por um público maior e juntarmos alguns economistas que pudessem assinar um documento e levarmos adiante para todas as instituições que nós representamos aqui. Precisamos de mais elementos para levarmos para essas instituições e ampliar os debates e ganhar forças para produzir uma pressão e uma mudança nesses rumos que a política está levando. Fica como uma proposta para nós agirmos.



